

Como imaginamos a nação

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Tcharly Magalhães Briglia (UESC)¹; Sandra Maria Pereira do Sacramento (UESC/FAPESB/CNPq)²

Comunidades imaginadas tornou-se leitura obrigatória para os estudiosos do nacionalismo, desde a sua publicação, em 1983, o que confere a Benedict O’Gorman Anderson (1936) uma posição de destaque no universo teórico e acadêmico do século XX. Anderson é de nacionalidade chinesa e filho de pais britânicos. Estudou em Cambridge e é, nos tempos hodiernos, professor emérito do Centro de Estudos Internacionais da Universidade de Cornell, na qual também se graduou. Nessa obra, o autor analisa e problematiza a origem e difusão do nacionalismo, e utiliza-se do seu conhecimento acerca do Sudeste Asiático a fim de refletir sobre as imbricações sociais dos movimentos nacionalistas. Quem assina a versão traduzida, de 2008, é Denise Bottman, com prefácio de Lilia Moritz Schwarcz, professora do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo.

Fazendo o percurso inverso e partindo para a leitura do novo posfácio do autor, podem-se compreender alguns eixos norteadores da produção de Anderson: “[...] o capitalismo tipográfico, a cópia pirateada no sentido metafórico positivo, a vernaculização e o casamento indissolúvel entre o internacionalismo e o nacionalismo” (p. 281). Tendo o nacionalismo como objeto balizador de suas discussões, Anderson se debruça sobre tal fenômeno, compreendendo-o como uma contribuição dos países americanos e asiáticos, numa oposição aos ditames que demarcam a superioridade eurocêntrica.

Ao voltar o seu olhar para a ascensão do sentimento nacional, Anderson expõe argumentos fundamentais, tais como os que afirmam que a nação é uma comunidade política imaginada, inerentemente limitada e soberana. De forma mais específica, pode-se dizer que as

¹ Discente do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Santa Cruz (DLA/UESC), bolsista de Iniciação Científica do programa FAPESB. E-mail: tcharlybriglia@bol.com.br

² DS, orientadora da pesquisa, professora titular em Teoria da Literatura (UESC/DLA) e coordenadora do Mestrado em Linguagens e Representações. Doutora em Letras Vernáculas - Literatura Brasileira pela UFRJ. E-mail: sandramsacra@uesc.br

nações são limitadas geograficamente; gozam de uma soberania tributária do declínio dos regimes monárquicos e estão reunidas em torno de um projeto em comum, a despeito das diferenças ideológicas de seus membros, que jamais conhecerão por completo os seus “parceiros sociais” (comunidade imaginada).

Ao partir de um viés antropológico, Anderson desconstrói imagens históricas que, muitas vezes, são assimiladas como verdadeiras, embora não tenham sido minuciosamente investigadas. Para o autor, a nação configura-se, de fato, quando detém uma língua escrita autóctone. Torna-se, todavia, um processo árduo definir os traços intrinsecamente nacionais, haja vista a dissolução de fronteiras e idiomas, ao longo da história. É o caso do Brasil, por exemplo. O idioma oficial é o do colonizador, apesar da existência de um vernáculo típico – o tupi-guarani. O imaginário nacional foi arquitetado, assim como em outras *comunidades imaginadas*, por meio de omissões e opressões. O *Hino da Proclamação da República*, datado de 1889, já nem citava os longos séculos de escravidão findados pela Lei Áurea, apenas um ano antes. O futebol e o carnaval, por exemplo, tornaram-se elementos nacionais. Mas até que ponto os brasileiros se identificam com tais manifestações culturais? No ritmo da antropofagia acionada pelos modernistas, a aclimação da cultura externa só contribuiu para fazer do território tupiniquim um composto nacional híbrido.

Comunidades imaginadas divide-se em dez capítulos, mais o já citado e de leitura imprescindível, posfácio. A função deste é estabelecer um panorama histórico sobre “a geobiografia das comunidades imaginadas” (p. 281), no intuito de comentar os efeitos da publicação da obra por todos os continentes, o que leva Anderson a afirmar que o livro já deixou de ser seu, em virtude das interpretações realizadas nos países, onde sua obra marcou presença.

No capítulo 1, “Raízes Culturais”, o autor dá ênfase à comunidade religiosa e aos reinos dinásticos, classificando-os como sistemas culturais de salutar referência na história dos povos. O declínio das concepções de verdade ontológica e o florescimento do romance e do jornal, na Europa do século XVIII, contribuíram para a configuração das *comunidades imaginadas*. Em “As origens da consciência nacional” (capítulo 2), discute-se o fenômeno do capitalismo editorial e a importância deste na consolidação de vernáculos e na propagação de novas doutrinas.

Intitulado “Novos crioulos”, o capítulo 3 assenta-se na análise do surgimento dos novos estados americanos no período entre o fim do século XVIII e início do XIX, sem perder

de vista o impacto da doutrina liberal e do pensamento iluminista. O capítulo 4 é, por sua vez, esclarecedor no que concerne ao estudo do nacionalismo europeu enquanto reflexo dos movimentos nacionalistas das colônias americanas. No capítulo 5, analisa-se o desenvolvimento de “nacionalismos oficiais”, na Europa, expressão de Seton-Watson (1977) fruto dos nacionalismos linguísticos e populares. “Em quase todos os casos, o nacionalismo oficial ocultava uma discrepância entre a nação e o reino dinástico” (p. 161).

Reformulado após a edição de 1983, o capítulo 6 – “A última onda” – aborda o surgimento de Novos Estados Nacionais no segundo pós-guerra, na África e da Ásia. Os nacionalismos daí resultantes foram atingidos pelos efeitos do capitalismo industrial, criador de um novo tipo de imperialismo. O racismo e o patriotismo, duas tendências muitas vezes tão próximas, são analisados no capítulo 7, que perpassa, até mesmo, questões de amor à pátria. “Os frutos culturais do nacionalismo – a poesia, a prosa, a música, as artes plásticas, - mostram esse amor com muita clareza, e em milhares de formas e estilos diversos” (p. 200). Uma manifestação latente do amor político são os Hinos Nacionais, que reverberam os preceitos da comunidade imaginada. Enquanto a língua materna é o alicerce dos patriotas, as ideologias de classe e o etnocentrismo sustentam os lemas racistas.

O censo, o mapa e o museu são apresentados como elementos de forte simbologia e notório significado político e cultural para as *comunidades imaginadas*. O censo constrói realidades demográficas que nortearão as interferências políticas sobre a população. O mapa fixa e estabelece territórios, por meio de um discurso cartográfico que ambiciona legitimar a noção de antiguidade. O museu, por sua vez, tem o poder de transformar edifícios, datas, monumentos e personagens, eternizando-os na História. A biografia das nações é caracterizada por um processo de memória e esquecimento, no qual exclusões e supervalorizações dimensionam o limite da hegemonia nacional intentada.

Difícil para os pesquisadores de temáticas afins as de *Comunidades Imaginadas* não se envolverem com o fantástico arsenal teórico oferecido por Anderson nessa obra tão rica. Ao apontar as colônias como focos iniciais dos movimentos nacionalistas, o autor desconstrói discursos de dominação etnocêntrica e propõe novos estudos e análises. A plurissignificação da obra, em apreço, torna-a possível de ser estudada nos mais variados contextos do fazer científico. Trata-se, portanto, de um livro ímpar na análise do fenômeno do nacionalismo.